



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DE RONDÔNIA

Mensagem de Anteprojeto de Lei n.º 11 /2025

Em, 02 de julho de 2025.

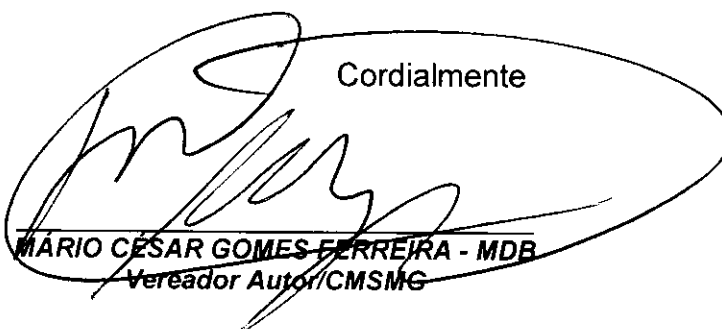
Senhor Prefeito:

O projeto anexo visa regulamentar as escalas de plantão no hospital municipal, no sentido de estabelecer mais clareza nas escalas de trabalho dos servidores e também assegurar os intervalos inter-jornadas com mais eficiência.

Embora existam costumes praticados há muito tempo, certo é que os gestores tem dificuldade para atender as necessidades do serviço público por falta de legislação específica e, logo o prejuízo recai na sociedade.

Desta forma e, visando corrigir incongruências no setor, preparamos a presente proposta e a encaminhamos a este alcaide para que o converta em projeto de lei e encaminhado a este poder para apreciação, desde já agradecemos.

Cordialmente



MÁRIO CÉSAR GOMES FERREIRA - MDB
Vereador Autor/CMSMG



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
PODER LEGISLATIVO
ESTADO DE RONDÔNIA

Anteprojeto de Lei n.º 11 /2025

Em, 17 de dezembro de 2025.

**“REGULAMENTA A JORNADA DE
TRABALHO EM TURNOS DE REVEZAMENTO
NAS UNIDADES DE SAÚDE DE SÃO MIGUEL
DO GUAPORÉ”.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ –
RO**, no uso de suas prerrogativas legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal
aprovou e sanciona a seguinte

LEI

Art. 1.º Fica regulamentado o regime de Plantão
no âmbito do Hospital Municipal e Unidades de Saúde de São Miguel do Guaporé.

Art. 2º O regime de plantão pressupõe jornada de
trabalho o superior a 12 (doze) horas, podendo ser laborada em dias úteis, sábados,
domingos, feriados, pontos facultativos e recessos.

Art. 3º No Hospital Municipal e unidades que
demandem tal necessidade adotar-se-á o regime de plantão de 12x36 (doze horas
de trabalho por trinta e seis horas de descanso) ou 24x72 (vinte e quatro horas de
trabalho por setenta e duas horas de descanso).

I – A chefia da respectiva unidade instituirá as
escalas, de acordo com suas especificidades; e

II - as regras estabelecidas nesta Lei aplicam-se,
tanto aos servidores efetivos, cedidos, requisitados de outros Órgãos e contratados
em regime de emergência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições contrárias ou incompatíveis.

Gabinete do Vereador, 02 de julho de 2025.

MÁRIO CÉSAR GOMES FERREIRA - MDB
Vereador Autor/CMSMG